

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura
e Sociedade (CPDA)



Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas com a
agricultura

Área Temática: Segurança Alimentar e Nutricional

Período de Análise: 01/03/2016 a 31/03/2016

Mídias analisadas:

Jornal Valor Econômico
Jornal O Globo
Jornal Estado de São Paulo
Sítio eletrônico do MDS
Sítio eletrônico do MDA
Sítio Eletrônico do MMA
Sítio eletrônico do INCRA
Sítio eletrônico da CONAB
Sítio eletrônico do MAPA
Sítio eletrônico da Agência Carta Maior
Sítio Eletrônico da Fetraf
Sítio Eletrônico da MST
Sítio Eletrônico da Contag
Sítio Eletrônico da CNA
Sítio Eletrônico da CPT
Carta Capital

Estagiária: Ananda da Silveira, Daniele Rocha e Marielle Mattos

Índice

Compra Institucional é apresentada em reunião da CIT. Site do MDS, 01/03/2016.	4
Ex-cientista dos transgênicos expõe as mentiras na propaganda da indústria de biotecnologia. Site do MST, 02/03/2016.	4
Encontros discutem ações da campanha Brasil Saudável e Sustentável. Site do MDS, 02/03/2016.	6
Assistência Social vai priorizar aquisição de alimentos da agricultura familiar. Site do MDS, 02/03/2016.	7
“A produção de alimentos saudáveis é uma arma contra o agronegócio”, afirmam Sem Terra. Coletivo de Comunicação na Bahia. Site do MST, 04/03/2016.	8
Na Paraíba, mulheres saem às ruas na luta em defesa da alimentação saudável. Site do MST, 07/03/2016.	9
Cerca de 1200 mulheres do MST e do MAB ocupam a Yara Fertilizantes em Porto Alegre. Site do MST, 08/03/2016.	10
“O governo de Alagoas precisa priorizar quem produz alimentos saudáveis”. Gustavo Marinho. Site do MST, 09/03/2016.	12
Mais 10 municípios têm proposta de participação no PAA aprovada. Site do MDS, 10/03/2016.	15
Começa vacinação contra a febre aftosa nesta terça-feira (15). Cláudia Lafetá – MAPA. 14/03/2016.	16
Empresas ampliam iniciativas para informar origem de seus alimentos. Illan Brat e Annie Gasparro – Valor Econômico. 16/03/2016.	17
PAA: MDS propõe metas e limites para cinco estados. Site do MDS, 17/03/2016.	20
PIAUÍ: Comunidades recebem mais de 23 mil quilos de alimentos. CONAB. 17/03/2016.	21
FAEA apóia a Campanha da Erradicação da Febre Aftosa. CNA. 18/03/2016.	21
Sem Terra abrem colheita do arroz agroecológico no RS. Leandro Molina. Site do MST, 21/03/2016.	23
Universidade de Pelotas vai adquirir alimentos orgânicos e da agricultura familiar. Site do MDS, 22/03/2016.	25
Além de Santa Catarina, Brasil quer mais zonas livres de febre aftosa sem vacinação. CNA. 28/03/2016.	26
“Brasil se tornou uma referência internacional de políticas de segurança alimentar e nutricional”. Site do MDS, 30/03/2016.	27
Mapa cria Câmara Temática para atenção à Sanidade Agropecuária. CNA. 30/03/2016.	28

Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional é discutido durante plenária do Consea. FETRAF. 31/03/2016. 29

Compra Institucional é apresentada em reunião da CIT. Site do MDS, 01/03/2016.

MDS apresenta modalidade do Programa de Aquisição de Alimentos para que gestores da assistência social beneficiar os agricultores familiares em suas compras públicas

Brasília – Incentivar o agricultor familiar e a economia local, produzindo alimentos frescos e de qualidade. As vantagens da modalidade Compra Institucional do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) são muitas e serão apresentadas nesta quarta-feira (2) na Reunião da Comissão Intergestores Tripartite (CIT) da Assistência Social.

O diretor de Apoio à Aquisição e à Comercialização da Produção Familiar do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), André Grossi Machado, vai apresentar os benefícios aos agricultores familiares e para as pessoas que podem se alimentar com alimentos mais saudáveis. Ele também explica a agenda de segurança alimentar e nutricional do MDS para os próximos anos.

A modalidade Compra Institucional permite que órgãos da União, estados e municípios comprem, com recursos próprios, produtos da agricultura familiar com dispensa de procedimento licitatório. Desde janeiro de 2016, os órgãos federais devem destinar, no mínimo, 30% dos recursos aplicados na aquisição de alimentos para produtos da agricultura familiar.

Ex-cientista dos transgênicos expõe as mentiras na propaganda da indústria de biotecnologia. Site do MST, 02/03/2016.

Vrain condena toda a premissa da engenharia genética como má ciência, com base na ideia agora desacreditada que cada gene codifica uma única proteína.

Thierry Vrain, que passou muitos anos como um cientista e defensor dos transgênicos da Agricultura do Canadá, veio recentemente a público com sua conclusão de que os transgênicos (Organismos Geneticamente Modificados – OGM) são perigosos para os seres humanos, animais e meio ambiente.

“Eu refuto as reivindicações das empresas de biotecnologia que suas colheitas modificadas produzem mais, que eles exigem menos aplicações de agrotóxicos, que eles não têm impacto sobre o meio ambiente e é claro, que eles são seguros para comer“, escreveu ele.

Enquanto estava no Agriculture Canada, Vrain foi o cientista designado para tratar em grupos públicos com a mensagem de que os transgênicos eram seguros. “Eu não sei se eu estava apaixonada por isto, mas eu estava bem informado”, escreveu ele. “Eu defendia o lado do avanço tecnológico, da ciência e do progresso. “Nos últimos 10 anos eu mudei a minha posição.”

Animais que comem transgênicos morrem

Vrain diz que a sua mudança de opinião surgiu depois que ele tomou conhecimento de numerosos estudos de laboratórios de prestígio, publicados em revistas científicas de prestígio, mostrando os riscos para a saúde dos transgênicos (Organismos Geneticamente Modificados – OGM).

“Há... um crescente corpo de pesquisa científica – feito principalmente na Europa, Rússia e outros países – mostrando que as dietas contendo milho ou soja projetada causar sérios problemas de saúde em ratos de laboratório e ratos”, escreveu ele.

Vrain observa que a evidência é tão abrangente que, em 2009, a Academia Americana de Medicina Ambiental pediu uma moratória sobre os alimentos transgênicos e expansão nos testes de segurança. Os estudos revisados pela Academia descobriram que uma dieta com transgênicos levou a diversos problemas, incluindo envelhecimento acelerado, disfunção imune, infertilidade, disfunção em genes que regulam a sinalização celular, a síntese de colesterol, a regulação da insulina e formação de proteínas, e alterações aos rins, fígado, baço e do sistema gastrointestinal.

Vrain observa que, apesar de muitos transgênicos produzirem inseticidas em seus tecidos e ainda são até mesmo registrados como inseticidas, as proteínas tóxicas que estes produzem nunca foram testadas para a segurança.

“Não há estudos de alimentação a longo prazo realizados nesses países para demonstrar as alegações de que bioengenharia de milho e de soja são seguros“, escreveu ele. “Tudo o que temos são estudos científicos provenientes da Europa e da Rússia, que mostram que ratos alimentados com engenharia de alimentos morrem prematuramente.”

Com base na ciência obsoleta

Vrain condena toda a premissa da engenharia genética como má ciência, com base na ideia agora desacreditada que cada gene codifica uma única proteína.

“Todo o paradigma da tecnologia da engenharia genética é baseada em um mal-entendido”, escreveu ele. “Todo cientista agora aprende que qualquer gene pode gerar mais do que uma proteína e que a inserção de um gene em qualquer parte de uma planta, eventualmente, cria proteínas errantes. Algumas destas proteínas são, obviamente, alergênicas ou tóxicas.”

Vrain também chama a atenção para os riscos ambientais dos transgênicos, citando o relatório de 120 páginas “Transgênicos: Mitos e Verdades“ (“GMO Myths and Truths”). Esta análise de mais de 500 estudos e relatórios governamentais refuta alegações da indústria de que os transgênicos são mais nutritivos, utilizam menos pesticidas e não prejudicam o meio ambiente.

Estudos repetidamente descobriram que os transgênicos podem passar seus genes modificados para não apenas outras plantas, mas também para as bactérias do solo. Estas bactérias, em seguida, espalham os genes para o meio ambiente. Outro estudo descobriu genes transferidos para as bactérias do intestino de seres humanos que comeram transgênicos. “Isto é poluição genética ao extremo“, escreveu Vrain.

Vrain também aborda o argumento mais comum de proponentes transgênicos: a de que ninguém jamais ficou doente depois de comer uma refeição contendo transgênicos.

“Ninguém fica doente de fumar um maço de cigarro também“, escreveu ele. “Mas com certeza acrescenta-se, e nós não sabíamos que na década de 1950 antes do início nossa onda de epidemias de câncer. Só que desta vez não se trata de um pouco de fumaça, é todo o sistema alimentar que é motivo de preocupação.”

Encontros discutem ações da campanha Brasil Saudável e Sustentável. Site do MDS, 02/03/2016.

Serão montadas quatro praças com produtos da agricultura familiar entre os dias 5 e 14 de agosto, durante as Olimpíadas

Brasília – Ações promocionais do Brasil Saudável e Sustentável estão sendo discutidas pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) com os diversos

parceiros da campanha. Desta quarta (2) até sexta-feira (4), no Rio de Janeiro (RJ), são realizadas reuniões com representantes do Instituto Maniva, da prefeitura do Rio de Janeiro e da Favela Orgânica.

Com foco nas Olimpíadas de 2016, a campanha é voltada para a promoção da alimentação saudável com base em produtos da agricultura familiar, orgânicos e agroecológicos. Durante os encontros, serão debatidos detalhes do Seminário de Promoção da Alimentação Saudável, os riscos da má alimentação nas escolas, a montagem dos kits Brasil Saudável e Sustentável, as oficinas sobre alimentação saudável nas Escolas e nas feiras orgânicas do Rio de Janeiro e os pontos a serem abordados em diálogos com o setor privado.

Chamada pública – Na próxima quarta-feira (9), encerra o edital dos ministérios do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e do Desenvolvimento Agrário (MDA) que vai selecionar 45 organizações da agricultura familiar para participar das praças da Campanha Brasil Saudável e Sustentável durante as Olimpíadas. Serão montadas quatro praças na capital fluminense, entre os dias 5 e 14 de agosto.

Assistência Social vai priorizar aquisição de alimentos da agricultura familiar. Site do MDS, 02/03/2016.

Comissão Intergestores Tripartite aprova resolução que incentiva rede socioassistencial a adquirir produtos por meio da modalidade Compras Institucionais do PAA

Brasília – Representantes dos governos municipais, estaduais e federal aprovaram resolução que incentiva a compra de produtos da agricultura familiar, com recursos próprios, por meio da modalidade Compra Institucional do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). O tema foi debatido nesta quarta-feira (2), durante reunião ordinária da Comissão Intergestores Tripartite (CIT).

Os alimentos vão atender famílias em vulnerabilidade social e à rede de unidades de assistência social. “Se pudermos direcionar recursos públicos das três esferas para adquirir da agricultura familiar, estaremos contribuindo para a manutenção das nossas políticas públicas”, afirma o secretário nacional adjunto de Assistência Social do Ministério do Desenvolvimento social e Combate à Fome (MDS), José Dirceu Galão.

Segundo o diretor de Apoio à Aquisição e à Comercialização da Produção Familiar do MDS, André Grossi, a iniciativa traz benefícios aos agricultores familiares e ao poder público. “Isso gera um efeito na geração de renda muito positivo, além de contribuir para uma alimentação saudável e no combate à obesidade e à má-alimentação.”

O secretário de Trabalho e Desenvolvimento Social de Minas Gerais e presidente do Fórum Nacional de Secretários(as) de Estado da Assistência Social (Fonseas), André Quintão, destaca que a modalidade é um jogo onde todos ganham. “Esta ação é muito importante para a inclusão produtiva. No caso de Minas Gerais, onde já temos um decreto, estamos atuando nas áreas mais vulneráveis com essa estratégia de apoio à agricultura familiar.”

Compra Institucional - A modalidade permite que órgãos da União, estados e municípios comprem, com recursos próprios, produtos da agricultura familiar com dispensa de procedimento licitatório. Desde janeiro de 2016, os órgãos federais devem destinar, no mínimo, 30% dos recursos aplicados na aquisição de alimentos para produtos da agricultura familiar.

“A produção de alimentos saudáveis é uma arma contra o agronegócio”, afirmam Sem Terra. Coletivo de Comunicação na Bahia. Site do MST, 04/03/2016.

Durante os dias de estudo, os trabalhadores denunciaram o agronegócio como um projeto que expulsa os povos e comunidades camponesas, destruindo o meio ambiente e gerando segregação social.

Entre os dias 27 e 28/02, cerca de 320 trabalhadores e trabalhadoras Sem Terra, das brigadas Ernesto Che Guevara e Elias Gonçalves de Meura, realizaram no pré assentamento Margaridas Alves, localizado no município de Itabela (BA), mais um espaço de estudo, planejamento e articulação com o tema “Agroecologia, uma luta de todos”.

Para os Sem Terra, a produção de alimentos saudáveis é uma arma política contra o agronegócio e precisa ser construída e debatida pela sociedade como um todo.

Pensando nisso, foi discutido a pluralidade produtiva e o fortalecimento da cultura camponesa diante dos grandes monopólios do agronegócio, enfatizando o protagonismo da mulher do campo e garantindo o diálogo nos diversos setores da sociedade.

Jaziam Mota, da direção estadual do MST, acredita que a agroecologia também é uma ferramenta de fortalecimento da classe trabalhadora diante do contraditório modelo de produção capitalista.

Para Ela, os encontros intersetoriais e as atividades de formação permitem pluralizar, fortalecer e unificar o debate em torno da agroecologia a partir de ações cotidianas.

Já Arleu Kai, do Setor de Produção da regional Extremo Sul, afirma que a produção agroecológica é uma experiência positiva e viável, especialmente para os jovens e as mulheres, por garantir a recuperação e conservação dos recursos naturais, a revitalização dos ecossistemas locais e desenvolver a inserção sócio econômica e agroextrativista das famílias camponesas.

Durante os dois dias de estudo, os trabalhadores denunciaram o agronegócio como um projeto que expulsa os povos e comunidades camponesas, destruindo o meio ambiente e gerando segregação social, a perda da diversidade das sementes e ameaçando a vida do planeta.

De acordo com Uelton Pires, também da direção estadual, existe a necessidade de trabalhar de maneira permanente a formação de consciência dos trabalhadores do campo e da cidade.

“Existe um pensamento hegemônico em torno do agronegócio e da produção de alimentos com veneno, reproduzido pelas grandes mídias, que manipula a população das cidades e do campo. Temos a tarefa de construir uma frente de articulação e formação política para conscientizar e denunciar o modelo de produção do agronegócio”, concluiu Pires.

Na Paraíba, mulheres saem às ruas na luta em defesa da alimentação saudável. Site do MST, 07/03/2016.

A ação é parte da Jornada Nacional de Luta das Mulheres Camponesas, que esse ano denuncia os males do agronegócio, dos transgênicos e de todas as formas de violência

Na manhã desta segunda-feira (7), cerca de 500 mulheres Sem Terra ocuparam a sede da Associação de Plantadores de Cana da Paraíba (Asplan), em João Pessoa, capital da

Paraíba. A ocupação aconteceu com o objetivo de denunciar o modelo do monocultivo da cana de açúcar, baseado no uso intensivo de agrotóxicos.

Desde 2009, o Brasil é o maior consumidor de agrotóxicos do mundo. Uma pesquisa recente da Universidade de Brasília (UnB) concluiu que, na hipótese mais otimista, 30% dos alimentos consumidos pelos brasileiros são impróprios para o consumo somente por conta de contaminação por agrotóxicos. Modelo esse implementado e defendido pela (Asplan), representante dos usineiros do setor sucroalcooleiro da Paraíba.

A ação é parte da Jornada Nacional de Luta das Mulheres Camponesas, que esse ano denuncia os males do agronegócio, dos transgênicos e de todas as formas de violência contra as mulheres.

O objetivo da jornada é discutir os impactos desse modelo de desenvolvimento na vida das mulheres camponesas e mostrar que é possível um projeto de agricultura baseado na agroecologia, com defesa da soberania alimentar e com base na Reforma Agrária.

Cerca de 1200 mulheres do MST e do MAB ocupam a Yara Fertilizantes em Porto Alegre. Site do MST, 08/03/2016.

O objetivo da ocupação é denunciar o uso abusivo de fertilizantes sintéticos e de agrotóxicos na produção de alimentos no Brasil.

Cerca de 1200 mulheres MST e do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) ocuparam na madrugada desta terça-feira (8), o pátio da empresa Yara Fertilizantes, em Porto Alegre, na Capital do Rio Grande do Sul.

Segundo a dirigente estadual do Setor de Gênero do MST, Roberta Coimbra, o objetivo da ocupação é denunciar o uso abusivo de fertilizantes sintéticos e de agrotóxicos na produção de alimentos no Brasil.

“O modelo do agronegócio tem ocupado áreas que deveriam ser para a reforma agrária, e está excluindo as famílias do campo e impedindo a produção saudável de alimentos pela agricultura camponesa”, denuncia a assentada.

Roberta explica que as mulheres são as mais prejudicadas com essa conjuntura agrária, pois ela dificulta o desenvolvimento da agroecologia no campo e o acesso a incentivos para este tipo de prática. “Hoje, toda política governamental direciona os recursos da

agricultura para o agronegócio, que só traz lucros para grandes empresas e multinacionais, contamina o meio ambiente e causa doenças nas pessoas”, argumenta.

As mulheres do MST e do MAB também pretendem trancar vias da Freeway, no sentido Canoas-Porto Alegre, para conscientizar motoristas sobre o tema. Em contraponto à agricultura convencional, apresentarão a produção agroecológica realizada por elas nos assentamentos do estado, com a entrega de material de denúncia e uma quantidade simbólica de arroz orgânico.

Histórico

A Yara é uma empresa norueguesa, e no Brasil tem sede em Porto Alegre. A transnacional, junto a Bunge e a Mosaic, é responsável pelo grande cartel que controla o mercado de fertilizantes no mundo.

Segundo a assentada do MST e engenheira agrônoma Dayana Machado, esta é a razão do elevado custo dos fertilizantes e, conseqüentemente, do preço dos alimentos. “O lucro da Yara no último ano foi mais de 490 milhões de dólares. A empresa que tem esse lucro não está preocupada com o planeta, nem com a saúde das pessoas”, complementa.

Conforme Dayana, a produção de fertilizantes sintéticos requer o uso de matérias-primas não renováveis, que são extraídas de rochas ou fósseis como petróleo, e provoca grandes danos ambientais. Entre os problemas que eles geram estão a degradação do solo, a poluição das fontes de água e da atmosfera e aumento da resistência das pragas.

“Criou-se o mito de que não se pode mais produzir sem os fertilizantes. As empresas, os bancos e os cientistas adotaram essa estratégia mentirosa para obter lucros. Existe um uso abusivo de fertilizantes, e somente em 2014 os produtores agrícolas consumiram 32 toneladas. A natureza e os seres humanos pagam um preço alto por isso”, explica a agrônoma, acrescentando que o uso excessivo desses químicos gera plantas doentes, induzindo a aplicação de agrotóxicos e produzindo alimentos envenenados e com baixo teor de nutrientes.

Segundo a Organização das Nações Unidas, o uso de fertilizantes sintéticos à base de nitrogênio, como a amônia e a ureia, é hoje um dos maiores responsáveis pelo aquecimento global e mudanças climáticas.

Jornada Nacional de Luta

A ocupação da Yara Fertilizantes faz parte da Jornada Nacional de Luta das Mulheres Camponesas, que este ano tem como lema “Mulheres na luta em defesa da natureza e da alimentação saudável, contra o agronegócio.”

A iniciativa denuncia o capital estrangeiro na agricultura brasileira por meio das empresas transnacionais, chamando a atenção da sociedade sobre o modelo destrutivo do agronegócio para o meio ambiente, a ameaça à soberania alimentar do país e à vida da população brasileira, o que atinge de forma direta a realidade das mulheres.

As lutas em todo o Brasil também denunciam a impunidade em relação à violência contra as trabalhadoras e os trabalhadores camponeses.

Ao mesmo tempo, a jornada coloca como alternativa a agricultura agroecológica e propõe a luta em defesa da soberania alimentar e da construção de uma nova sociedade através do projeto da Reforma Agrária Popular.

“O governo de Alagoas precisa priorizar quem produz alimentos saudáveis”.
Gustavo Marinho. Site do MST, 09/03/2016.

Mulheres Sem Terra se mobilizam em todo estado em jornada de lutas

Desde segunda-feira (7), cerca de 1500 camponesas em toda a cidade de Alagoas estiveram mobilizadas e, do interior à capital, pautaram a necessidade de uma política agrícola para a Reforma Agrária.

Em reunião na noite da última terça-feira (9,) em que estiveram presentes os secretários de agricultura, Álvaro Vasconcelos, de planejamento, Carlos Christian Reis, o chefe do gabinete civil, Fábio Farias e o presidente do Instituto de Terras e Reforma Agrária de Alagoas (ITERAL), Jaime Silva; a representação das trabalhadoras, organizadas no MST, Comissão Pastoral da Terra (CPT) e do Movimento de Libertação dos Sem Terra (MLST) levaram as reivindicações da Jornada de Luta das Mulheres Sem Terra em Alagoas.

“Nós temos uma diversidade de pontos para tratar com o governo do estado, mas aqui na nossa Jornada das Mulheres, nossa principal demanda é a construção de uma política agrícola para Alagoas”, afirmou Débora Nunes, da direção do MST.

Para Débora, grande parte dos problemas estruturais que Alagoas enfrenta, como o desemprego, a fome e a miséria, podem ser melhorados se o governo tiver um olhar responsável e comprometido com o desenvolvimento do campo.

“Entendemos que parte considerável da responsabilidade de fixar as trabalhadoras e trabalhadores no campo está no cenário das políticas do governo do estado”, destacou. “É preciso garantir que mulheres, homens, jovens e crianças possam permanecer trabalhando e vivendo no campo alagoano, dinamizando a economia dos municípios onde estamos e alavancando o desenvolvimento de Alagoas”.

Segundo a dirigente a monocultura da cana-de-açúcar em Alagoas já chegou em seu limite e a substituição pelo eucalipto não responde as reais demandas do povo alagoano. “O governo precisa, de fato, priorizar quem produz alimentos saudáveis, gerando emprego e renda para o povo, não investimento no agronegócio que destrói a natureza e mata a sociedade”, disse Débora.

“De um lado o agronegócio recebe isenção de impostos para gerar miséria, destruir o meio ambiente, ameaçando à soberania alimentar do país e a vida da população brasileira, afetando de forma direta a realidade das mulheres, do outro lado nós não temos qualquer sinalização política e apoio para as áreas de reforma agrária, sabendo que esse é um passo importante para transformar os índices de Alagoas”.

Para Terezinha Vital, do MLST, a Jornada das Mulheres Sem Terra em Alagoas deu o recado ao governo do estado, que sinalizou o compromisso da discussão inicial para uma política agrícola para Alagoas, mas que as camponesas seguem atentas e dispostas a construir outras lutas. “Ou o governo constrói políticas para a reforma agrária, em especial para as mulheres camponesas, de maneira concreta e efetiva, ou nós iremos voltar. E, na próxima vez, não será mais para repetir o recado. Nossa cobrança agora será para exigir compromisso!”, anunciou.

Além da sinalização para o debate da política para o campo alagoano, o secretariado apontou uma agenda de ações com os movimentos para as demandas apontadas pelas mulheres.

Jornada em Alagoas

Do sertão ao litoral de Alagoas, as trabalhadoras rurais Sem Terra tiveram suas bandeiras de luta na Jornada que abre as mobilizações do MST no ano, em especial a defesa da Reforma Agrária, a garantia de direitos sociais, pela democracia, contra a anunciada reforma da previdência e o agronegócio.

No início da manhã se segunda-feira (7), agências do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), foram ocupadas em sete municípios de Alagoas: Delmiro Gouveia, Piranhas, Traipu, Teotônio Vilela, Girau do Ponciano, Murici e Porto Calvo. As Sem Terra também ocuparam as sedes das prefeituras das cidades de Delmiro Gouveia, Olho d'Água do Casado, Atalaia e Girau do Ponciano, pautando a desburocratização do INSS para o acesso aos direitos sociais pelas camponesas, além de pautar nos municípios as demandas de infraestruturas sociais e produtivas para as áreas da reforma agrária.

Ainda na segunda-feira as Sem Terra ocuparam a Praça Centenário, na principal avenida de Maceió, onde montaram acampamento anunciando a continuação das lutas da Jornada na capital.

Em defesa dos direitos das trabalhadoras do campo e da cidade, pela democracia e contra o golpe, 3000 mulheres realizaram uma grande marcha pelas ruas de Maceió na manhã do dia 8 de março, dia Internacional de Luta das Mulheres. A marcha reuniu movimentos populares, sindicatos, partidos, juventude e de luta pela terra com bandeiras, palavras de ordem e batucada durante toda a manhã da terça-feira. “O dia 8 de março para nós sempre representou um dia de muita luta!”, reforçou Margarida da Silva, da Direção Nacional do MST. “Nossa mobilização conjunta por direitos, em defesa da democracia e contra o golpe, reafirmamos nosso posicionamos contra o que a elite desse país vem tentando fazer com a classe trabalhadora. Nas ruas foi mais um recado dado pelas mulheres trabalhadoras do campo e da cidade de que somos contra qualquer tipo de retrocesso nesse país, em especial dos direitos que conquistamos a partir das nossas lutas.”

A marcha seguiu em direção até o centro da cidade, onde as trabalhadoras realizaram paradas na Delegacia da Mulher, Tribunal de Justiça de Alagoas, além do Palácio do Governo do Estado.

Após a marcha, as trabalhadoras rurais Sem Terra ocuparam a sede da Secretaria do Estado de Agricultura, Pesca e Aquicultura, onde montaram acampamento e seguiram

mobilizadas com agendas de negociação com a superintendência do Incra e na agência do INSS em Maceió.

“Seguimos em luta e dispostas a voltar quantas vezes for preciso para a capital, com mais ocupações, mais marchas e mais lutas!”, afirmou Margarida. “É essa nossa força que precisamos cada vez mais mostrar a esse governo que apresenta um descompromisso com as camponesas e camponeses, a partir do momento que não tem nenhuma política pública diferenciada, em especial para as mulheres do campo”.

Na tarde de hoje (9), as Sem Terra desmontam o acampamento na Secretaria de Agricultura e retornam para os municípios de onde saíram ainda na segunda-feira.

Em Alagoas as ações somam-se as diversas lutas do MST em todo o país que mobilizou, além de Alagoas, em mais 20 estados, cerca de 30 mil mulheres, com o lema “Mulheres em luta, em defesa da natureza e alimentação saudável, contra o agronegócio”.

Mais 10 municípios têm proposta de participação no PAA aprovada. Site do MDS, 10/03/2016.

Agricultora familiar, Maria Raimunda mora em Itapecuru-Mirim (MA) e será uma das beneficiadas. Investimento será de R\$ 3,5 milhões

Brasília – Às cinco da manhã, Maria Raimunda Corrêa, 59 anos, já está de pé, pronta para fazer a caminhada diária. Ela é agricultora familiar em Itapecuru-Mirim, no norte do Maranhão. “Tem que cuidar da saúde também. Às seis da manhã, eu já estou em casa. Tomo meu café e desço para a horta”, conta a agricultora familiar. Desde 2014, ela participa do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).

As frutas e verduras que são colhidas no sítio vão direto para o PAA. Os produtos que sobram são divididos entre a feira livre e o consumo da família. Em média, Maria Raimunda recebe R\$ 5 mil por ano com as vendas que faz ao programa. “Foi muito importante na minha vida. Com o dinheiro, pude melhorar minha casa, coloquei piso que não tinha e arrumei o meu quarto.”

Itapecuru-Mirim está entre os dez municípios que tiveram aprovadas suas Propostas de Participação no PAA para execução em 2016. Eles aderiram ao programa na

modalidade Compra com Doação Simultânea e tiveram suas metas pactuadas com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS).

Nesta etapa, o MDS vai repassar aos municípios R\$ 3,5 milhões, valor que vai beneficiar, além de Maria Raimunda, mais de 750 agricultores familiares. O investimento vai garantir que o programa alcance 115 entidades socioassistenciais. “Antes do programa, tinha coisa que a gente plantava e que não vendia. Agora a gente vende tudo para o PAA. Esse programa mudou muita coisa.”

Operação – Na modalidade Compra com Doação Simultânea, os alimentos comprados dos agricultores familiares são distribuídos às entidades da rede socioassistencial e aos equipamentos públicos de segurança alimentar e nutricional, como restaurantes populares, cozinhas comunitárias e bancos de alimentos.

Os gestores municipais e estaduais do PAA são responsáveis por articular produtores, recebendo e distribuindo alimentos e efetuando o lançamento da nota fiscal no sistema operacional do programa. O pagamento é feito diretamente aos agricultores familiares, por meio de cartão bancário.

Os termos de adesão permitem que governos estaduais e prefeituras executem as ações de maneira mais simples e ágil. Além disso, o acompanhamento e o monitoramento são realizados por meio de um sistema informatizado, alimentado pelos gestores locais, garantindo transparência e segurança.

Começa vacinação contra a febre aftosa nesta terça-feira (15). Cláudia Lafeté – MAPA. 14/03/2016.

Neste mês, campanha será feita em alguns municípios do Pará e Amazonas

A primeira etapa da vacinação contra a febre aftosa começa nesta terça-feira (15) em 41 municípios do Amazonas e em dois do Pará. Cerca de 595 mil animais devem ser imunizados nos dois estados (550 mil no Amazonas e 45 mil no Pará).

Em abril, a campanha será feita nos rebanhos de Roraima e Rondônia. Já em maio e junho, será a vez dos animais dos outros estados – exceto Santa Catarina, reconhecido como livre de febre aftosa sem vacinação. A estimativa é que aproximadamente 170 milhões de bovinos e búfalos sejam vacinados nesta primeira etapa no país.

O Brasil tem um rebanho de 212 milhões de bovinos e bubalinos. No segundo semestre de 2015, a vacinação contra a aftosa atingiu um índice de cobertura de 98,17%, de acordo com o Departamento de Saúde Animal do Mapa.

Empresas ampliam iniciativas para informar origem de seus alimentos. Illan Brat e Annie Gasparro – Valor Econômico. 16/03/2016.

A Fish + People Inc. vem postando nos últimos três anos em seu site nomes e fotos dos capitães dos navios que pescaram os peixes e frutos do mar usados em produtos congelados de sua marca de alimentos embalados, a Fishpeople. Muitos consumidores foram fisgados.

A empresa americana colocou códigos especiais em suas embalagens que, quando digitados no site, fornecem informações sobre como cada ingrediente é produzido e as pessoas envolvidas. Alguns produtos embalados da Fishpeople, que são vendidos em 7.500 pontos de varejo nos Estados Unidos, agora mostram fotos do capitão e da embarcação que pescou o peixe.

"O que (os consumidores) estão mais interessados é nos lugares e nas pessoas", diz Duncan Berry, diretor-presidente da Fish + People.

Empresas que vão de fabricantes de nicho como a Fish + People até gigantes como a Campbell Soup Co., Walmart Stores Inc. e JBS S.A. estão correndo para atender o crescente desejo dos consumidores de saber mais sobre o que os alimentos que consomem contêm, de onde eles vieram e como foram produzidos. A fabricante de chocolates Hershey Co. criou "rótulos inteligentes" que acrescentam informações nutricionais às embalagens. Em algum momento, eles poderão mostrar também onde os ingredientes foram comprados. A Kellogg Co. e a General Mills Inc. agora exibem em seus sites nomes e perfis dos agricultores que produzem o trigo e a aveia de seus cereais. E a gigante da proteína animal JBS criou o programa "Confiança desde a Origem" para a marca de carnes Friboi, pelo qual o consumidor pode visitar um site e, ao inserir um código existente na embalagem de vários produtos, rastrear o nome da fazenda de onde saiu o animal que produziu aquela carne.

O Sam's Club, o clube de descontos do Wal-Mart, recentemente começou a colocar códigos em embalagens de alimentos frescos que consumidores portando smartphones podem escanear para descobrir onde, como e quem cultivou os produtos.

Essas iniciativas são motivadas por uma maior preocupação dos consumidores com a saúde e com o impacto social e ambiental da produção de alimentos, além de questões regulatórias e de segurança alimentar. Para grandes empresas, é uma chance de conter a concorrência de marcas novas que vêm conquistando consumidores com alimentos mais simples e menos processados. Nos EUA, as dez principais empresas de alimentos processados perderam 4,3 pontos percentuais de participação de mercado nos últimos cinco anos, principalmente para concorrentes pequenas e médias, segundo Nicholas Fereday, analista do banco Rabobank.

As pequenas empresas se beneficiam da agilidade. Há cerca de dois anos, a Real Co., com sede no Estado de Nova York, começou a vender arroz mostrando, na embalagem, o nome da fazenda paquistanesa onde o produto foi cultivado. O arroz da cooperativa agrícola Al-Farid, da província de Punjab, agora é vendido em cerca de 800 supermercados nos EUA. O diretor-presidente, Belal El-Banna, expandiu os negócios para oferecer açúcar de uma fazenda na Costa Rica e sal rosa vindo de uma região dos Himalaias. A Real está desenvolvendo um adoçante com zero caloria que usa folhas moídas de estévia do Paraguai, em vez do extrato da planta.

"Com a internet, muita informação está disponível agora. Mas as pessoas ainda não sabem da onde vem sua comida" e pequenas empresas, como a Real, podem preencher essa lacuna de informação, diz ele.

As grandes empresas também estão tentando fazer isso. Recentemente, a Campbell lançou um site, o whatsinmyfood.com (algo como 'o que há em minha comida.com'), para construir uma imagem mais caseira. O site mostra, por exemplo, que a maioria dos tomates usados na massa enlatada SpaghettiOs é cultivada em fazendas familiares da Califórnia e que o queijo vem principalmente de Wisconsin.

"Os consumidores estão computando tudo, e eles ganharam muito poder" para buscar informação, diz Denise Morrison, diretora-presidente da Campbell.

Deb Arcoleo, que lidera a iniciativa de transparência da Hershey, diz que a firma pode acabar usando sua tecnologia de escaneamento de códigos de barra dos "rótulos inteligentes" para fornecer informações sobre os países que produzem o cacau que utiliza. Mas a Hershey mistura grãos de cacau de diferentes origens para produzir seu chocolate, então ela não pode afirmar que um certo pacote de chocolate foi feito com

cacau de determinada fazenda, diz Arcoleo, ressaltando que não está claro se os consumidores querem esse tipo de detalhe.

Os consumidores "têm o direito de saber" de onde os alimentos vêm, mas não é sempre possível ou necessário revelar tantos detalhes, diz ela.

Tarek Farahat, presidente global de marketing e inovação da JBS, diz que o importante é entender o que preocupa mais o consumidor de cada mercado na hora de decidir que tipo de informação promover. "Em todos os lugares, os consumidores estão cada vez mais cientes de como os produtos são feitos, sua composição, ingredientes e até sobre o comportamento das empresas", diz ele. No Brasil, por exemplo, a JBS detectou que o consumidor se interessa muito pela questão sanitária, então, em suas campanhas, ela busca enfatizar a limpeza de suas fábricas, com funcionários em avental branco, e os investimentos em laboratórios e inovação.

Na Fish + People, o sistema para rastrear os ingredientes desde a origem até a fábrica foi construído do zero. A empresa, que é sediada em Portland, no Oregon, construiu relacionamentos de longo prazo com capitães de navios, que concordaram em manter a pesca da Fish + People separada da de outros clientes. A empresa aloca códigos para rastrear cada carga do navio até o supermercado e conecta as informações às páginas individuais de seu site.

Para Berry, o líder executivo, o esforço vale a pena, porque dá ao consumidor protagonismo. Ele entende que "há um impacto direto na vida dessa pessoa se eu comprar esse produto", diz.

(Colaboraram Di Pinheiro e Eduardo Magossi.)

AMAZONAS: Conab doa cestas a comunidades quilombolas. CONAB. 16/03/2016.

A Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), por meio da Superintendência Regional do Amazonas (Sureg/AM), disponibilizou na última semana 267 cestas de alimentos para famílias quilombolas que se encontram em situação de insegurança alimentar e nutricional.

Os alimentos serão entregues à Comunidade do Tambor, localizada no município de Novo Ayrão/AM, na zona urbana e rural do município. Os itens que compõem as cestas são: arroz, feijão, farinha de mandioca, açúcar, macarrão, flocos de milho e leite em pó.

A distribuição atenderá 89 famílias e a logística de entrega aos beneficiários ficará sob responsabilidade da Associação de Moradores do Quilombo da Comunidade do Tambor.

A ação de Distribuição de Alimentos a Grupos Populacionais Específicos é uma política pública coordenada pela Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - Sesan, do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate a Fome (MDS).

PAA: MDS propõe metas e limites para cinco estados. Site do MDS, 17/03/2016.

Ministério vai investir R\$ 32,3 milhões para que prefeituras e governos estaduais adquiram alimentos de 5 mil agricultores familiares

Brasília – Os governos estaduais do Acre, Alagoas, Distrito Federal, Pernambuco e Rondônia têm até o princípio de abril para pactuar limites financeiros e metas para execução do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) na modalidade Compra com Doação Simultânea. O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) vai investir R\$ 32,2 milhões para que sejam adquiridos alimentos de 5 mil agricultores familiares.

Os governos estaduais já executam o programa, em parceria com as prefeituras, desde 2014. O coordenador geral de Articulação Federativa para o Abastecimento Alimentar do MDS, João Paulo Sotero, explica que “após a confirmação, os estados devem elaborar proposta de participação para a execução do PAA, indicando os municípios participantes, os alimentos que serão adquiridos, os agricultores familiares que fornecerão alimentos e as entidades que serão atendidas”.

A proposta deve garantir que 40% dos agricultores participantes sejam de baixa renda, que 40% sejam mulheres e que 5% para aqueles que fornecem produtos orgânicos ou agroecológicos. A compra dos alimentos será feita após a análise e aprovação do MDS. Os produtos adquiridos são doados às pessoas em insegurança alimentar, por meio da rede socioassistencial e dos equipamentos públicos de segurança alimentar e nutricional (restaurantes populares, cozinhas comunitárias e bancos de alimentos) além de creches e escolas.

PIAUI: Comunidades recebem mais de 23 mil quilos de alimentos. CONAB. 17/03/2016.

A Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), por meio da Superintendência Regional do Piauí, está distribuindo, esta semana, cerca de mil cestas de alimentos para comunidades em situação de insegurança alimentar no estado.

A Comunidade de Terreiros, em Teresina, foi contemplada com 364 cestas com um total de 8.301 kg de alimentos, beneficiando diretamente cerca de 1.460 pessoas. Outras 624 cestas de alimentos estão sendo doadas para a comunidade de pescadores (marisqueiros) dos municípios de Cajueiro da Praia, Ilha Grande, Luís Correia e Parnaíba. Eles receberão 14.976 kg em produtos alimentícios, contemplando cerca de 2.500 pessoas.

Cada cesta possui 4 kg de farinha, 10 kg de arroz, 3 kg de feijão, 1 kg de leite em pó, 2 kg de óleo e 1 kg de macarrão. As doações são feitas por meio do convênio com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS).

FAEA apóia a Campanha da Erradicação da Febre Aftosa. CNA. 18/03/2016.

O presidente da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado do Amazonas - FAEA, Muni Lourenço, participou do lançamento da abertura de lançamento da Campanha no combate e erradicação contra a febre aftosa na última sexta-feira (11) realizada na propriedade rural Pedro Arruda, localizada na BR-319, quilômetro 22, no município de Careiro Castanho.

Na abertura estava presente o secretário de Estado da Produção Rural (Sepror) Sidney Leite, o presidente do Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Estado do Amazonas (IDAM) Edmar Vizolli, representante da Agência de Defesa Agropecuária e Florestal do Estado do Amazonas (ADAF) entre outros órgãos, além de técnicos, veterinários e estudantes.

A Campanha segue o calendário do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) que será realizado o período oficial de imunização a partir do dia 15 de março e vai até 30 de abril abrangendo na primeira etapa 41 municípios do Estado do Amazonas, com a vacinação de aproximadamente 445 mil cabeças de gado.

Para o presidente da FAEA, Muni Lourenço, “essa etapa é decisiva, porque em maio deverá ocorrer a auditoria final do Ministério da Agricultura para definição do reconhecimento de livre de aftosa com vacinação para todo o território amazonense, por isso é essencial que tenhamos a vacinação de todo o rebanho. Afinal nunca estivemos tão perto de obter essa classificação tão almejada pelo setor privado e segmento público”.

Para o secretário Sidney Leite, parte do Estado do Amazonas, Roraima e Amapá ainda não são livres da febre aftosa, foram feitos esta cobertura pactuados com o Ministério da Agricultura, o Amazonas só será livre de febre aftosa com a vacinação, esse é o objetivo de expandir. Existem duas mudanças nesses procedimentos da comercialização, os municípios onde há uma concentração maior de rebanhos, as vacinas estarão disponíveis para comércio nas casas agropecuárias credenciadas em outra parcela, a revenda da dose será adquirida nas unidades do IDAM local. “Envolver todos os atores seja a Federação da Agricultura e Pecuária do Estado do Amazonas, sindicatos, associação de pecuaristas, prefeituras municipais e outros órgãos do governo do estado no sentido de sensibilizar, e ajuda dos profissionais de comunicação em levar a informação a todos os pecuaristas do estado do Amazonas no sentido de nós garantirmos a sanidade animal,”

A FAEA esteve com uma exposição (estande), onde foram distribuídos livros de técnicas de ensinamento, camisas e bonés para todo o público presente, com objetivo de ajudar os produtores rurais, estudantes de medicina veterinária e o público em geral, a obterem mais conhecimentos nas atividades rurais.

Para a estudante de medicina veterinária, do Instituto Federal, Úrsula Dias da Silveira, destacou a importância de participar do evento contra a febre aftosa.

“É a primeira vez que eu estou participando de um evento desse, está sendo uma espécie de aprendizado, chegar mais perto da comunidade é essencial para o estudante de veterinária interagir com os demais, e quando eu estiver lá na frente, saberei como agir. A iniciativa da FAEA/ SENAR-AM de distribuir livros de ensinamentos sobre pecuária é ótima,” disse a estudante.

Sem Terra abrem colheita do arroz agroecológico no RS. Leandro Molina. Site do MST, 21/03/2016.

Para a safra 2015/2016 a estimativa dos assentados de Viamão é colher 125 mil sacas, numa área plantada de 1.600 hectares.

A colheita simbólica de 50 sacas de arroz marcou a 13ª Abertura Oficial da Colheita do Arroz Agroecológico, realizada na última sexta-feira (18) pelo MST do Rio Grande do Sul, no Assentamento Filhos de Sepé, em Viamão, na região Metropolitana de Porto Alegre. O evento reuniu cerca de 1.500 pessoas, entre assentados e acampados de todo o estado e apoiadores do Movimento.

Anterior à colheita, às margens da lavoura, o assentado e coordenador da Associação de Moradores do Assentamento Filhos de Sepé (AASIF), Moisés de Moura resgatou a história do assentamento, que em dezembro deste ano completa 18 anos e é considerado Território Livre de Transgênicos e de Agrotóxicos.

Ele também falou sobre a luta por democratização da terra e a produção de alimentos no local, que hoje está direcionada para frutas, hortaliças, panifícios e arroz.

“Nós somos a prova de que a Reforma Agrária dá certo. Hoje, com a organização do MST e do Grupo Gestor do Arroz Agroecológico temos todas as ferramentas necessárias para poder produzir e levar alimentos saudáveis às famílias do campo e da cidade”, disse.

Para a safra 2015/2016 a estimativa dos assentados de Viamão é colher 125 mil sacas, numa área plantada de 1.600 hectares. Já em todo o estado, a expectativa é colher em torno de 480 mil sacas de arroz, entre grãos e sementes.

O alimento é produzido por 556 famílias, em 17 assentamentos e 13 municípios. O MST é conhecido hoje como o maior produtor de arroz agroecológico do Brasil.

Ato solene

Após a abertura oficial da colheita na lavoura, na Sede Comunitária do Setor A do assentamento foi realizado um ato solene com a presença de autoridades do município de Viamão, além dos ex-governadores do Rio Grande do Sul, Tarso Genro e Olívio

Dutra, lideranças de outros movimentos populares e representantes dos governos estadual e federal.

Tarso Genro apresentou elementos da atual conjuntura política do Brasil. Segundo ele, há uma forte mobilização da grande mídia, do poder judiciário e dos setores conservadores da sociedade e da política brasileira “para a retirada da presidente Dilma Rousseff de um governo que foi legitimamente eleito nas urnas”.

“Sabemos das limitações deste governo e dos problemas que estamos vivendo no país, seja na reforma agrária, na saúde ou educação. Mas a direita usa da mídia e do judiciário para impedir a presidente que não cometeu nenhum crime. Querem pressioná-la para tirá-la do poder e isso se chama golpe”, destacou Genro.

Ele também acrescentou que a atual conjuntura política se assemelha à de 1964, quando foi instalada com a intervenção de organizações internacionais a ditadura militar no Brasil.

“O golpe de hoje é mais complexo. Ele se vale da mídia para convencer que os problemas da sociedade brasileira iniciaram no governo Lula. Isso é uma farsa, no governo Lula é que começou a se investigar escândalos de corrupção.

Agora é momento de mobilização, vigilância e de firmeza, porque boa parte das pessoas que estão nas ruas hoje tem mentalidade fascista e autoritária. Se acontecer o golpe, as primeiras vítimas serão os movimentos populares camponeses.

O fascismo não tolera a oposição. Precisamos de um projeto que realmente combata as desigualdades sociais, com participação de renda, popular e do Estado”, argumentou.

O superintendente regional do Incra, Roberto Ramos, representando o governo federal, declarou que mais de 90% da produção agroecológica do RS vem de assentamentos do MST e que o arroz produzido pelas famílias assentadas é um dos principais produtos da reforma agrária.

“Para nós, apoiadores da reforma agrária, é uma grande honra ter dentro dos assentamentos famílias envolvidas na produção de arroz. Que esta seja uma colheita farta e que a produção agroecológica sirva para manter erguidas nossas bandeiras de lutas e para preservarmos tudo o que construímos nos últimos anos”, afirmou.

O dirigente estadual do MST, Cedenir de Oliveira, complementou que a produção de arroz agroecológico faz parte da estratégia da Reforma Agrária Popular, adotada pelos

Sem Terra nos últimos anos e que tem entre seus objetivos principais a soberania alimentar.

“Não basta dividirmos os latifúndios e garantir terra para quem nela quer trabalhar. É importante construirmos um modelo de produção diferenciado daquele que está aí e debatermos com a sociedade essas questões. Hoje, nós estamos comprovando que é possível, sim, produzirmos um alimento mais saudável e sem o uso de agrotóxicos”, concluiu.

Universidade de Pelotas vai adquirir alimentos orgânicos e da agricultura familiar. Site do MDS, 22/03/2016.

Organizações têm até 31 de março para apresentar propostas. Produtos vão compor 6,5 mil refeições diárias nos restaurantes universitários

Brasília – Está aberta, até a próxima quinta-feira (31), chamada pública da Universidade Federal de Pelotas (UFPel), no Rio Grande do Sul, para adquirir alimentos orgânicos e da agricultura familiar. A compra de 202 toneladas de produtos será feita por meio da modalidade Compra Institucional do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS).

Os alimentos – frutas, verduras, hortaliças, laticínios, doces e grãos – serão usados nas refeições oferecidas em três restaurantes universitários da UFPel, por cinco meses. Por dia, em média, são servidas cerca de 6,5 mil refeições. O investimento previsto é de aproximadamente R\$ 1 milhão.

A prioridade de compra será para organizações da agricultura familiar e para produção de orgânicos. Os interessados devem apresentar a documentação para habilitação e proposta de venda na sede da Fundação de Apoio Universitário (Rua Marcílio Dias nº 939, em Pelotas/RS). A entrega dos alimentos nos restaurantes começa em já em abril.

Esta é a segunda chamada pública realizada pela universidade após o decreto assinado em junho de 2015, pela presidenta Dilma Rousseff. A legislação agora determina que órgãos e entidades da administração pública federal direta e indireta comprem ao menos 30% de gêneros alimentícios de agricultores familiares e suas organizações.

Segundo Moema Zambiasi, gerente de um dos restaurantes universitários da UFPel, a diferença foi percebida no paladar dos alunos. “São produtos mais frescos e de boa qualidade. Os alimentos orgânicos são mais saborosos do que os convencionais”, afirma. “O nosso objetivo não é só ofertar a alimentação para o aluno, mas dar a oportunidade de comerem melhor”, explica. Ela ainda conta que os alunos vegetarianos estão dando grande apoio à medida.

O diretor de Apoio à Aquisição e à Comercialização da Produção Familiar do MDS, André Grossi Machado, ressalta que os órgãos da administração federal já estão se movimentando para atender a legislação. “Esta ação fortalece a economia local e faz com que os agricultores familiares se adequem à demanda e conquistem este mercado. Além disso, os órgãos, pela proximidade com o fornecedor, se beneficiam porque consomem alimentos mais frescos e de melhor qualidade.”

PAA Compra Institucional - Criada em 2012, a modalidade abriu uma nova possibilidade de comercialização para as famílias de agricultores familiares de todo o país ao permitir que municípios, estados, Distrito Federal e órgãos federais comprem, com recursos próprios, produtos para atender as demandas de forma simplificada, segura e transparente, por meio de chamadas públicas, sem necessidade de licitação.

Além de Santa Catarina, Brasil quer mais zonas livres de febre aftosa sem vacinação. CNA. 28/03/2016.

Santa Catarina é o único estado brasileiro reconhecido pela Organização Mundial de Saúde Animal (OIE) como zona livre de febre aftosa, sem vacinação. A última ocorrência da doença, no estado, foi em dezembro de 1993 e, em 2007, foi reconhecido o status fitossanitário sem vacinação. Além de Santa Catarina, o Brasil quer outras zonas livres de vacina e, para isso, a cadeia produtiva de carne bovina tem trabalhado com o Programa Nacional de Erradicação e Prevenção da Febre Aftosa (PNEFA) do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) para avançar na erradicação da doença no território nacional e sustentar essa condição sanitária.

O assunto foi levantado e discutido na 43ª Reunião Ordinária da Câmara Setorial da Cadeia Produtiva de Carne Bovina do Mapa, no último dia 23/03. O coordenador do PNEFA, Plínio Lopes, explicou que a vacina é essencial para evitar possível ocorrência e proliferação da doença, mas o Brasil já tem 77% do território reconhecido como zona

livre de aftosa com vacinação e tem condições de conquistar o status sem a vacina em outros estados. “A última ocorrência da doença no país foi registrada no Mato Grosso em 2006. O processo de suspensão da vacina é trabalhoso, mas precisamos evoluir e garantir um avanço seguro sem o medicamento”, disse Plínio.

O objetivo do PNEFA é implantar progressivamente novas zonas livres da doença e manter as atuais, de acordo com as diretrizes estabelecidas pela OIE. O trabalho é executado por meio de um sistema de vigilância apoiado na manutenção das estruturas do serviço veterinário oficial, com a participação da comunidade. A ampliação da zona livre com vacinação para os estados do Amazonas, Roraima e Amapá – 22,8% do território nacional – está entre as metas do programa para este ano. “A CNA buscará apoio financeiro sobre o trabalho de revisão do PNEFA e ao estabelecimento de um cronograma para a retirada da vacina aos poucos”, afirmou o presidente da Comissão Nacional de Bovinocultura de Corte da CNA, Antônio Pitangui de Salvo.

Cota Hilton 481 – A reunião abordou também o ofício que a Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carnes (ABIEC) enviou ao Mapa para incluir o Brasil na Cota Hilton 481, que estabelece a exportação de carnes de animais criados sob regime de confinamento, à União Europeia. O documento aguarda análise do DIPOA e a previsão é de que seja aprovada em breve e encaminhada à UE.

IMAC – Outro assunto apresentado foi a iniciativa do Governo do Estado do Mato Grosso em criar o Instituto Mato-grossense da Carne – IMAC, sobre o qual o presidente Luciano Vacari comentou a respeito da questão institucional e a composição por produtores, frigoríficos e governo estadual, regidos por um conselho deliberativo, bem como sua estrutura operacional e objetivo principal de certificação da carne bovina.

“Brasil se tornou uma referência internacional de políticas de segurança alimentar e nutricional”. Site do MDS, 30/03/2016

Representante da FAO destaca iniciativas que contribuíram para o país sair do Mapa Mundial da Fome, durante o lançamento de livro sobre experiências brasileiras

Brasília - O representante da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) no Brasil, Alan Bojanic, destacou, nesta quarta-feira (30), que a experiência brasileira em políticas públicas pode contribuir para a superação da fome no

mundo. “O Brasil se tornou uma referência internacional em questão de políticas de segurança alimentar e nutricional”, afirmou durante o lançamento do livro *Superação da Fome e da Pobreza Rural: Iniciativas Brasileiras*, em Brasília.

A obra elaborada pela FAO retrata as experiências e relata os processos de construção dos programas que resultaram na saída do país do Mapa Mundial da Fome, em 2014. De acordo com Bojanic, a publicação tem o objetivo de servir como um manual para outros países e ser um instrumento da cooperação Sul-Sul. “Pesquisamos sobre as razões porque o Brasil alcançou este objetivo. São muitos fatores que explicam esta situação, como os programas de transferência de renda, como o Bolsa Família, os programas de compras da agricultura familiar, a alimentação escolar e os créditos rurais.”

“Achamos que era importante sistematizar essas políticas em um livro simples, que apresente essas experiências, principalmente visando os gestores de fora do país”, disse Bojanic. Ele apontou que a experiência brasileira pode apoiar outros países no cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), proposto pelas Nações Unidas, que tem como uma das principais metas a erradicação da fome no mundo até 2030. “Estamos engajados no apoio ao cumprimento das metas e vamos utilizar isso fora do país.”

Para o conselheiro e professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Renato Maluf, o lançamento do livro pela FAO confirma a notoriedade internacional das políticas públicas brasileiras. “Temos um desenho de programas e ações bastante complexo, de diferentes áreas, que são inovadores e que contaram com processos participativos que chamam muita atenção.”

Mapa cria Câmara Temática para atenção à Sanidade Agropecuária. CNA. 30/03/2016.

O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) criou, nesta segunda-feira, (28/03), a Câmara Temática Temporária do Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos e Insumos Agropecuários do Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária (Suasa). O órgão, cuja finalidade é aumentar a capilaridade da inspeção dos alimentos de origem animal e vegetal, foi instituído pela Portaria nº 65, publicada no Diário Oficial da União, no dia 28 de março.

A Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) é membro da Câmara, tendo como titular o coordenador de Produção Animal e Rastreabilidade, Juliano Hoffmann, e como suplente a coordenadora de Produção Agrícola, Natália Fernandes. Também compõem a Suasa representantes da Secretaria de Defesa Agropecuária (SDA), Secretaria de Integração e Mobilidade Social (SIMS); Associação Brasileira de Municípios (ABM), Confederação Nacional de Municípios (CNM), Confederação Nacional da Indústria (CNI) e Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB).

Para Juliano Hoffmann, a Suasa deve promover a articulação de todos os níveis do poder público, facilitando os aportes de recursos necessários para respostas imediatas às crescentes exigências por medidas de proteção sanitária de plantas, animais e outros produtos de origem na agropecuária brasileira. “A Câmara abre também a possibilidade de unificar, no Sistema, postura e prática quanto a conceitos importantes nacionalmente, como sustentabilidade, segurança alimentar, gestão e comunicação de risco e inclusão social”.

Neste sentido, complementa Hoffmann, a criação da Câmara deve trazer, entre outros benefícios, a ampliação da abrangência de atendimento a todas as áreas do território nacional, o aumento da sinergia entre as entidades parceiras, o aperfeiçoamento dos processos de trabalho em função das diferentes realidades regionais e locais e, por consequência, a melhoria da qualidade, efetividade e credibilidade dos serviços.

Juliano observa, no entanto, que a Suasa só será bem sucedida se a instância federal estiver preparada para agir na solução ou mitigação dos problemas. “Na prática, isso exige uma postura permanente de negociação, cooperação e apoio às demais instâncias federativas, que precisa ir muito além do aporte técnico-financeiro para ações específicas tradicionalmente praticadas”, diz. E finaliza “esse é o objetivo da Portaria nº 65, que merece o devido reconhecimento e enaltecimento por parte do setor produtivo”.

Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional é discutido durante plenária do Consea. FETRAF. 31/03/2016.

Ponto principal do encontro foi a discussão do 2º Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

O Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea) realizou ontem (30), a 21ª reunião plenária, no Auditório do Anexo I do Palácio do Planalto. O ponto principal do encontro foi a discussão do 2º Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Plansan).

Participaram do encontro a presidenta do Consea, Maria Emília Pacheco, a ministra do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), Tereza Campello, e o secretário nacional de Segurança Alimentar e Nutricional do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), Arnaldo de Campos.

Também presente ao evento o coordenador geral da FETRAF/BRASIL, Marcos Rochinski, destacou a atuação do Consea na discussão de temas referentes à soberania alimentar e ao espaço rural. “Nós participamos de debates desde o momento de fundação do Consea. Tenho certeza que este Conselho continuará sendo um espaço importante na elaboração de propostas de políticas públicas relacionadas ao tema da segurança alimentar e nutricional”, avaliou.

A presidenta do Consea, Maria Emília Pacheco, afirmou que é fundamental acompanhar o Bolsa Família para monitorar o tipo de alimentação que tem sido propiciada às famílias. “Precisamos continuar também avançando nas políticas em relação aos equipamentos públicos de acesso ao alimento de qualidade”, disse.

Durante a reunião, o secretário nacional de Segurança Alimentar e Nutricional do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), Arnaldo de Campos, apresentou os principais resultados do 1º Plansan como a redução da pobreza e desigualdade social; da insegurança alimentar e fome; da desnutrição e mortalidade infantil e o aumento do poder de compra de alimentos pelas famílias.

A ministra do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Tereza Campello, disse sobre a importância da construção de uma agenda de segurança alimentar e nutricional para o futuro e comentou o cenário político atual. “Não se trata de discutir um golpe contra um partido ou um golpe contra a presidenta. Isso se trata principalmente de interromper um projeto que está em curso, que vem alterando e transformando o país ao longo desses treze anos”, avaliou ao apontar também que as políticas continuadas correm risco.

Coordenador
Sergio Leite



Pesquisadores
Ademir A. Cazella, Andrey Cordeiro Ferreira,
Armando Fornazier, Catia Grisa, Claudia Job Schmitt,
Fábio Luiz Búrigo, Georges Flexor, Jorge Romano,
Karina Kato, Lauro Mattei, Leonilde Medeiros,
Nelson Delgado, Philippe Bonnal, Renato S. Maluf,
Silvia Zimmermann, Valdemar João Wesz Junior

cpda Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais
em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade
UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Assistentes de Pesquisa
José Renato S. Porto

Endereço: Av. Presidente Vargas, 417 / 8º andar
Centro Rio de Janeiro - RJ CEP 20071-003

Secretária
Diva de Faria

Telefone: 21 2224 8577 - r. 214
Fax: 21 2224 8577 - r. 217
Correio eletrônico: oppa@ufrj.br
Site eletrônico: www.ufrj.br/cpda/oppa